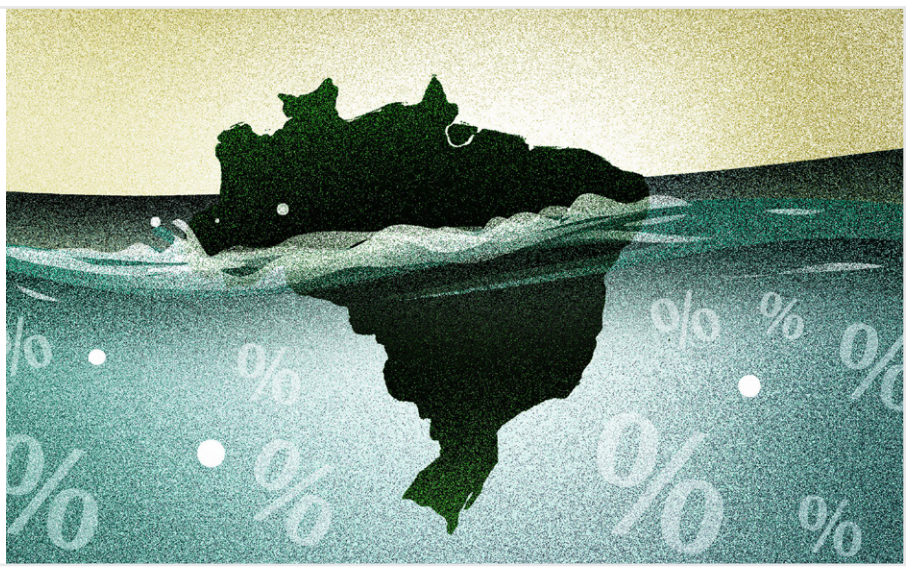
Brasília-DF



ROSANA HESSEL (INTERINA)
rohessel@gmail.com

Riscos fiscais crescentes para Lula no 4º mandato



O presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) precisa olhar com lupa os dados das contas públicas e agir rápido na escolha do futuro ministro da Fazenda. Tais movimentos são para que ele não seja o responsável pela verdadeira "herança maldita" do próximo mandato, segundo economistas ouvidos pela coluna. Os dados divulgados, ontem, pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central, mostram deterioração crescente que indica "a necessidade de um ajuste fiscal relevante para estabilizar o endividamento público". Lula tem relutado porque não quer agradar ao mercado financeiro — que apostou no perdedor, e agora fugitivo, Flávio Bolsonaro (PL). Mas a teimosia poderá custar caro justamente aos mais pobres, pois o resultado será mais inflação, como alertam especialistas. Conforme dados do BC, a dívida pública bruta permaneceu em 82,9% do Produto Interno Bruto (PIB), em setembro. Mas aumentou R$ 63 bilhões de um mês para outro, indo a R$ 11,1 trilhões — aumento de 68,18% em relação aos R$ 6.615,8 bilhões de dezembro de 2020, no auge da pandemia.

» » »

O rombo fiscal da União, de R$ 90,1 bilhões no acumulado do ano até setembro, é o sétimo pior da história. É resultado do aumento acima da inflação de 5,4% nas despesas primárias, além do limite de 2,5% da regra fiscal atual. Enquanto isso, o deficit nominal cresceu 27,9% de janeiro a setembro, em relação ao mesmo período de 2025. Foi a R$ 976,4 bilhões (9,64% do PIB) e está entre os maiores do mundo. "A falta de controle sobre os gastos comprometeu seriamente a credibilidade das metas fiscais. Contribuiu para uma economia superaquecida e excessivamente endividada", resumiu o economista Alberto Ramos, diretor do Goldman Sachs.

Alerta da IFI

A Instituição Fiscal Independente (IFI) avaliou o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2027, enviado pelo governo ao Congresso, em agosto. Alertou que tem uma divergência de R$ 104,8 bilhões entre as projeções para o resultado primário projetados pelo Executivo (superavit de R$ 18,6 bilhões) e os que calculou (rombo fiscal de R$ 86,1 bilhões). Segundo a entidade, o cenário mostra aumento de despesas e revelam que o resultado primário do próximo ano será "insuficiente" para atingir o limite inferior da margem de tolerância da meta fiscal. Exigirá, segundo a IFI, o contingenciamento adicional de R$ 35,7 bilhões para o cumprimento formal da meta de superavit primário de R$ 73,2% (0,5% do PIB).

Risco de rebaixamento

A agência de classificação de risco Moody's sinalizou o rebaixamento da nota do Brasil, se não houver um ajuste em direção à consolidação fiscal. O índice está com perspectiva negativa desde junho de 2025. "A continuação da atual trajetória da política fiscal, com apenas ajustes fiscais graduais, corre o risco de prolongar os grandes rombos fiscais nominais do Brasil, os custos de financiamento muito altos e a carga da dívida crescente", destaca o relatório divulgado após a reeleição de Lula. "Na ausência de um compromisso mais forte com a consolidação fiscal (...), pesaria sobre o perfil de crédito do Brasil", adverte.

Nova meta de inflação?

Uma nova regra fiscal, de preferência mais clara, pode ser uma saída para governo Lula conseguir fazer ajustes no próximo mandato. É o que afirma a economista Monica de Bolle, pesquisadora senior do Peterson Institute for International Economics (PIIE). Pelos cálculos dela, essa medida permitiria uma redução da taxa básica da economia (Selic), atualmente em 13,75% ao ano, para 10%. O impacto na dívida pública bruta seria de R$ 250 bilhões a R$ 300 bilhões. "Mas seria necessário ter uma política econômica que fizesse sentido, combinando as políticas fiscal e monetária", recomendou. Os cortes poderiam começar pela conta de gastos tributários, entre R$ 600 bilhões e R$ 800 bilhões. "Há muita gordura para cortar", emendou. Ela se refere aos subsídios.

Novo acordo de livre-comércio

A partir de 1º de novembro, entra em vigor o acordo de livre-comércio entre o Mercosul e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) — integrada por Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça. O embaixador da Noruega no Brasil, Kjetil Elsebutangen, demonstrou otimismo com a perspectiva de aumento nas exportações de produtos noruegueses, como o salmão, que terá o imposto de importação zerado. "A metade dos produtos noruegueses exportados para o Brasil terão isenção de tarifas logo no primeiro dia", disse, ontem, em café com jornalistas. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), desde maio — quando passou a vigorar parcialmente o acordo União Europeia-Mercosul —, as exportações de produtos brasileiros tiveram crescimento de até 421%. As trocas comerciais entre o Brasil e o EFTA avançaram 18,1%, no acumulado até setembro deste ano. Totalizou US$ 6,8 bilhões.

Falta de fiscais I

A escalada de denúncias relacionadas ao processo eleitoral revelaram um gargalo de pessoal no Ministério Público do Trabalho (MPT), que registrou mais de 3 mil denúncias — 1.140 apenas nos três dias após o segundo turno. Ontem, a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo divulgou manifesto em defesa da convocação urgente dos auditores aprovados no cadastro de reserva do concurso de 2024. Em carta aos ministros Luiz Marinho (Trabalho e Emprego) e Esther Dweck (Gestão e da Inovação em Serviços Públicos), a entidade informou que há 1.553 cargos vagos.

Falta de fiscais II

A carta da Comissão também destaca que o Brasil tem apenas um auditor-fiscal para cada 39 mil trabalhadores, proporção inferior a de países como Espanha, Argentina e Colômbia. O Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (Sinait), que integra a Conatrae, também apoia a convocação e alerta para os prejuízos provocados pela falta de servidores.



À PF, ex-presidente do banco afirma que recebeu a ordem em jantar com Vorcaro e o ex-governador, que nega a determinação

PHC acusa: Ibaneis mandou vender o BRB

» PEDRO JOSÉ BORGES

O ex-presidente do Banco de Brasília Paulo Henrique Costa acusou o ex-governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, de tê-lo ordenado a estruturar a venda da instituição ao Banco Master. A afirmação foi feita pelo ex-dirigente do BRB ao depor à Polícia Federal (PF) em 15 de outubro. A determinação teria sido feita durante jantar na casa do banqueiro Daniel Vorcaro.

A defesa de Ibaneis afirmou que, enquanto governador, ele concedia autonomia ao presidente do BRB e não interferia nas decisões da instituição. Também garantiu que o governador "jamais sugeriu ao então presidente do BRB, que era pessoa de sua confiança técnica, que tomasse qualquer decisão no sentido de abrir negociações com o Banco Master".

Segundo o relato de PHC, a reunião foi em 24 de setembro de 2024 e teve como um dos pontos a negociação de 16,5% das ações do BRB pertencentes ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev). Segundo o ex-presidente do Banco de Brasília, o gabinete de Ibaneis o convocou para o jantar quando ele estava em viagem a Salvador. Disse ainda, no depoimento à PF, que tentou evitar a reunião, mas retornou da capital baiana para comparecer. No local, onde estavam cerca de sete pessoas, o governador o apresentou a Vorcaro e determinou que estruturasse a venda do BRB ao Master.

"Dia 24 de setembro, eu recebo uma mensagem no meu celular que me convoca para uma reunião à noite na casa do Daniel Vorcaro, do gabinete do governador Ibaneis Rocha. Eu até falo: 'Poxa, eu estou viajando, estou na Bahia.' Eu tento fugir. E não dava para fugir do jantar. Eu falei: 'Vou ficar só 15 minutos nesse jantar.' Mas eu chego, volto de Salvador e vou para esse jantar", relatou PHC à PF.

Ainda de acordo com Paulo Henrique, Vorcaro manifestou preocupação com a possibilidade de mudanças de governo e exigiu garantias de controle da instituição caso a operação avançasse. "É, mas é banco público, normalmente troca governo depois de um tempo. Eu preciso de um acordo de acionista que me garanta controle", teria afirmado o banqueiro, segundo PHC no depoimento.

O ex-presidente do BRB disse ter ficado surpreso e contrariado com a determinação. Ele assegura que, na manhã seguinte, procurou Ibaneis no Palácio do Buriti para se posicionar contra a operação. E teria argumentado que o banco apresentava resultados financeiros positivos e exercia funções estratégicas no Distrito Federal, como a gestão de programas sociais e do plano de saúde dos servidores — além de participar de projetos de infraestrutura.

"A gente prometeu que não ia privatizar o banco. O banco está dando um resultado extraordinário, o banco é chave para o Distrito Federal. A gente opera todos os programas sociais. A gente fez o plano de saúde dos servidores, a gente deu naming rights da Arena, a gente está reformando o autódromo. O banco é o coração de Brasília'", teria dito PHC a Ibaneis, segundo o depoimento que o ex-presidente do BRB deu à PF.

Surpresa negativa

Questionado pela delegada federal Janaína Palazzo, que conduz o inquérito, se havia sido contrário à proposta naquele momento, Paulo Henrique respondeu que foi surpreendido negativamente. Segundo o ex-presidente do BRB, Ibaneis justificou a ordem como uma decisão do acionista majoritário, o Governo do Distrito Federal. Também relatou que o então governador manifestou a intenção de vender as ações do Iprev, que detinha, à época, participação de 16,5% no banco.

A investigação da PF aponta que o BRB realizou dois aumentos de capital supostamente fraudulentos para viabilizar a entrada de fundos e aliados de Vorcaro no bloco acionário da instituição, que teria alcançado 23,5%. Segundo os investigadores, a movimentação buscava dar sustentação à tentativa de aquisição do Master pelo BRB, operação barrada pelo Banco Central em setembro de 2025.

Já Vorcaro, também em depoimento à PF, negou a existência de prejuízo ao BRB nas operações envolvendo a empresa Tirreno. O ex-banqueiro afirmou que atuou de boa-fé na troca de ativos e pediu o arquivamento da investigação. Segundo os investigadores, a empresa, apontada como de fachada, teria sido utilizada para transferir créditos fictícios ao BRB.

O ex-banqueiro também pediu para responder à investigação em liberdade. Preso desde março, está custodiado no presídio da Papuda, no Distrito Federal.

Lúcio Bernardo Jr./Agência Brasília



PHC disse que estava em Salvador quando foi orientado a retornar para o encontro na casa do ex-dono do Master

» Fachin continua com inquérito do Master

O ministro Edson Fachin, presidente do Supremo Tribunal Federal, manteve a Operação Compliance Zero — que apura o esquema de corrupção do Banco Master — sob sua relatoria. Ele avocou o caso para si em setembro, quando o ministro André Mendonça divulgou citações ao ministro Alexandre de Moraes, que teria trocado mensagens com o ex-dono do Master, Daniel Vorcaro. De acordo com a decisão do ministro, por envolver relatórios policiais que citam autoridades sujeitas à jurisdição do STF, o procedimento continuará sob a guarda da Presidência — mas restrita a decisões urgentes, como a análise periódica de prisões cautelares. No entanto, Fachin devolveu a Mendonça a relatoria da Operação Sem Desconto, que investiga os confiscos ilegais em benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). O presidente retirou-a das mãos de Mendonça devido à acusação de supostos indícios de irregularidades no exercício da relatoria.